



Balanco Patrimonial
Semestres findo em 30 de Junho

Descrição	Ativo	Em Reais	
		06/2017	06/2016
Circulante		195.551.727,57	160.187.523,46
Disponibilidades		1.995.949,33	1.295.801,10
Títulos e Valores Mobiliários		31.439.920,09	83.595.092,34
Carteira Própria		10.447.871,76	83.595.092,34
Vinculados à Prestação de Garantias		20.992.048,33	0,00
Relações Interfinanceiras		55.406.756,11	3.776.644,65
Relações com Correspondentes		47.566,16	48.691,52
Centralização Financeira		55.359.189,95	3.727.953,13
Operações de Crédito		105.018.354,85	70.875.418,79
Operações de Crédito - Setor Privado		108.987.642,24	73.375.431,34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.969.287,39)	(2.500.012,55)
Outros Créditos		1.656.711,51	574.719,67
Avais e Fianças		71.657,54	40.734,56
Rendas a Receber		363.219,06	121.015,93
Diversos		1.333.789,30	510.434,83
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(111.954,39)	(97.465,65)
Outros Valores e Bens		34.035,68	69.846,91
Despesas Antecipadas		34.035,68	69.846,91
Não Circulante		67.366.246,67	71.903.324,27
Realizável a Longo Prazo		60.403.114,71	66.199.606,27
Títulos e Valores Mobiliários		2.350.279,12	28.675.004,22
Carteira Própria		0,00	28.675.004,22
Vinculados à Prestação de Garantias		2.350.279,12	0,00
Operações de Crédito		57.832.012,05	37.320.508,59
Operações de Crédito - Setor Privado		57.832.012,05	37.320.508,59
Outros Créditos		220.823,54	204.093,46
Diversos		220.823,54	204.093,46
Investimentos		4.210.870,94	4.056.252,14
Ações e Cotas		4.210.870,94	4.056.252,14
Imobilizado		2.751.787,70	1.643.012,63
Outras Imobilizações de Uso		4.475.689,16	2.905.763,57
Imóveis de Uso		199.984,17	242.192,53
(-) Depreciações Acumuladas		(1.923.885,63)	(1.504.943,47)
Intangível		473,32	4.453,23
Softwares		88.859,25	88.859,25
(-) Amortizações Acumuladas		(88.385,93)	(84.406,02)
Total do Ativo		262.917.974,24	232.090.847,73



Balanço Patrimonial

Semestres findo em 30 de Junho

Descrição	Passivo	Em Reais	
		06/2017	06/2016
Circulante		215.338.955,62	187.776.085,51
Depósitos		192.619.681,87	172.734.428,54
Depósitos à Vista		40.377.364,34	23.763.335,51
Depósitos sob Aviso		46.429,00	41.135,86
Depósitos a Prazo		152.195.888,53	148.929.957,17
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures		3.004.736,78	0,00
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		3.004.736,78	0,00
Relações Interfinanceiras		17.423.754,07	8.263.280,84
Repasse Interfinanceiros		17.421.781,17	8.262.481,16
Relações com Correspondentes		1.972,90	799,68
Relações Interdependências		29.889,96	1.015,50
Recursos em Trânsito de Terceiros		29.889,96	1.015,50
Obrigações por Empréstimos no País		552.124,04	2.318.652,75
Empréstimos - Outras Instituições		552.124,04	2.318.652,75
Outras Obrigações		4.713.505,68	4.458.707,88
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		99.312,47	29.952,35
Sociais e Estatutárias		943.840,82	1.185.617,49
Fiscais e Previdenciárias		305.422,40	274.172,84
Diversas		3.364.929,99	2.968.965,20
Não Circulante		7.248.040,95	15.384.579,77
Relações Interfinanceiras		7.248.040,95	14.072.316,36
Repasse Interfinanceiros		7.248.040,95	14.072.316,36
Obrigações por Empréstimos e Repasses		0,00	1.312.263,41
Empréstimos no País - Outras Instituições		0,00	1.267.417,11
Repasse do País - Outras Instituições		0,00	44.846,30
Patrimônio Líquido		37.326.240,89	28.930.182,45
Capital Social		18.042.474,64	13.495.235,83
Capital		18.042.474,64	13.495.235,83
Reserva de Lucros		14.336.076,86	12.575.295,10
Sobras do Período		4.947.689,39	2.859.651,52
Total do Passivo		262.917.974,24	232.090.847,73

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstrações de Sobras ou Perdas
Semestres findo em 30 junho

Descrição	<u>Em Reais</u>	
	06/2017	06/2016
Receitas da Intermediação Financeira	20.905.550,77	17.133.692,56
Resultado com Operações de Crédito	17.767.018,85	11.277.382,82
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.138.531,92	5.856.309,74
Despesas da Intermediação Financeira	(10.993.022,61)	(9.973.055,06)
Operações de Captação no Mercado	(8.028.062,97)	(8.218.861,08)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.569.633,10)	(959.045,44)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.395.326,54)	(795.148,54)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	9.912.528,16	7.160.637,50
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.038.222,70)	(3.409.826,74)
Receitas de Prestação de Serviços	1.486.269,37	1.300.503,50
Despesas de Pessoal	(3.577.748,79)	(2.877.331,21)
Outras Despesas Administrativas	(3.193.350,09)	(2.370.014,32)
Despesas Tributárias	(82.145,57)	(60.227,29)
Outras Receitas Operacionais	1.687.014,56	801.969,36
Outras Despesas Operacionais	(358.262,18)	(204.726,78)
Resultado Operacional	5.874.305,46	3.750.810,76
Resultado não Operacional	2.784,95	29.738,66
Resultado Antes da Tributação Sobre as Sobras	5.877.090,41	3.780.549,42
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.874,67)	(94.014,72)
Imposto de Renda	(40.901,59)	(51.103,99)
Contribuição Social	(35.973,08)	(42.910,73)
Sobras Líquidas	5.800.215,74	3.686.534,70
Juros Sobre o Capital Próprio	(852.526,35)	(826.883,18)
Sobras Líquidas após JCP	4.947.689,39	2.859.651,52

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras do Período	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 30/06/2015	9.007.216,71	4.355.626,56	6.428.887,30	2.242.021,53	22.033.752,10
MUTAÇÕES EM 30/06/2016	4.488.019,12	1.465.184,65	325.596,59	617.629,99	6.896.430,35
Integralização de Capital	3.598.714,71	0,00	0,00	0,00	3.598.714,71
Devolução de Capital	(413.081,94)	0,00	0,00	0,00	(413.081,94)
Incorporação das Sobras	1.302.386,35		0,00	(1.302.386,35)	0,00
Resultado Cooperado 2º Sem. 2015	0,00	0,00	0,00	1.173.980,05	1.173.980,05
Resultado Não Cooperado 2º Sem. 2015	0,00	0,00	0,00	152.388,23	152.388,23
Destinação do Resultado 2015	0,00	1.465.184,65	325.596,59	(1.790.781,24)	0,00
FATES Não Cooperado 12/2015	0,00	0,00	0,00	(312.423,93)	(312.423,93)
Destinação FATES 12/2015	0,00	0,00	0,00	(162.798,29)	(162.798,29)
Resultado Coop. 1º Sem. 2016	0,00	0,00	0,00	2.701.250,24	2.701.250,24
Resultado Não Coop. 1º Sem. 2016	0,00	0,00	0,00	158.401,28	158.401,28
SALDO EM 30/06/2016	13.495.235,83	5.820.811,21	6.754.483,89	2.859.651,52	28.930.182,45
MUTAÇÕES EM 30/06/2017	4.547.238,81	1.440.639,62	320.142,14	2.088.037,87	8.396.058,44
Integralização de Capital	4.482.287,77	0,00	0,00	0,00	4.482.287,77
Devolução de Capital	(1.215.617,50)	0,00	0,00	0,00	(1.215.617,50)
Incorporação das Sobras	1.280.568,54			(1.280.568,54)	0,00
Resultado Cooperado 2º Sem. 2016	0,00	0,00	0,00	(127.816,38)	(127.816,38)
Resultado Não Cooperado 2º Sem. 2016	0,00	0,00	0,00	261.656,83	261.656,83
Destinação do Resultado 2016	0,00	1.440.639,62	320.142,14	(1.760.781,76)	0,00
Reversão de Despesas do FATES	0,00	0,00	0,00	627.987,51	627.987,51
FATES Não Cooperado 12/2016	0,00	0,00	0,00	(420.058,11)	(420.058,11)
Destinação FATES 12/2016	0,00	0,00	0,00	(160.071,07)	(160.071,07)
Resultado Coop. 1º Sem. 2017	0,00	0,00	0,00	4.813.204,35	4.813.204,35
Resultado Não Coop. 1º Sem. 2017	0,00	0,00	0,00	134.485,04	134.485,04
SALDO EM 30/06/2017	18.042.474,64	7.261.450,83	7.074.626,03	4.947.689,39	37.326.240,89

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em Reais	
	30/06/2017	30/06/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	6.638.918,37	5.106.917,70
Resultado do Exercício 2º Semestre do Ano Anterior	761.827,96	1.326.368,28
Resultado do Exercício 1º Semestre Ano Corrente	5.877.090,41	3.780.549,42
2 - Ajuste Por	(30.194.107,93)	(2.403.986,54)
Depreciação / Amortização	387.936,82	261.196,73
(Aumento) ou Diminuição dos Titulos e Valores Mobil. acima 90 Dias	2.541.772,27	(15.115.306,35)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(54.654.439,52)	(9.434.999,41)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(1.098.721,92)	(300.050,80)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	35.811,23	(40.187,10)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	19.885.253,33	21.543.404,24
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Emissão L.C.A.	3.004.736,78	0,00
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	28.874,46	(18.165,97)
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(325.331,38)	700.122,12
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(23.555.189,56)	2.702.931,16
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(76.874,67)	(94.014,72)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(76.874,67)	(94.014,72)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	(23.632.064,23)	2.608.916,44
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	766.793,14	141.292,63
Investimentos	(154.618,80)	(1.758.197,65)
Ativo Imobilizado / Diferido	(1.492.731,98)	(459.259,31)
Integralização de Capital	4.482.287,77	3.598.714,71
Devolução de Capital	(1.215.617,50)	(413.081,94)
Remuneração s/ Capital Próprio	(852.526,35)	(826.883,18)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(742.594,30)	(1.131.302,02)
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	2.336.197,82	(2.538.020,12)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(3.033.945,82)	1.450.871,52
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País	(44.846,30)	(44.153,42)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	(23.607.865,39)	1.618.907,05
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(23.607.865,39)	1.618.907,05
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	84.484.074,80	82.865.167,75
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	60.876.209,41	84.484.074,80

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO
CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2017**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1996**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MAFRA - SC, SANTA TEREZINHA - SC, SANTA CECÍLIA - SC, MAJOR VIEIRA - SC, PAPANDUVA - SC e IJUÍ - RS.**

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das



vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente,



calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões



São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de Junho de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Título de Renda Fixa	10.447.871,76	112.270.096,56
Vinculados a Prestação de Garantias	23.342.327,45	0,00
TOTAL	33.790.199,21	112.270.096,56

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

5. Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de **2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:



Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Relações com Correspondentes	47.566,16	48.691,52
Correspondentes no País	47.566,16	48.691,52
Centralização Financeira - Cooperativas	55.359.189,95	3.727.953,13
TOTAL	55.406.756,11	3.776.644,65

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	387.374,56	0	387.374,56	200.715,01
Empréstimos	71.556.917,69	50.994.626,57	122.551.544,26	67.523.167,50
Títulos Descontados	13.731.319,98	51.610,37	13.782.930,35	11.814.629,42
Financiamentos	2.528.515,24	2.097.577,69	4.626.092,93	4.361.055,14
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.285.272,80	5.186.439,39	25.471.712,19	26.796.372,86
Sub Total	108.489.400,27	58.330.254,02	166.819.654,29	110.695.939,93
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.193.034,53)	(2.022.919,31)	(4.215.953,84)	(2.500.012,55)
TOTAL	106.296.365,74	56.307.334,71	162.603.700,45	108.195.927,38

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
AA - Normal	15.746.235,23	0,00	192.109,76	133.055,63	16.071.400,62	0,00	6.744.222,67	0,00
AA - Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.227,26	0,00
A 0,5% Normal	74.825.387,92	264.150,64	3.440.315,57	14.232.575,81	92.762.429,94	463.812,92	52.277.468,08	261.388,13
A 0,5% Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.771,47	308,86
B 1% Normal	36.127.763,92	900.541,15	401.812,93	10.822.486,14	48.252.604,14	482.526,04	43.261.372,68	432.613,73
B 1% Vencidas	265.459,27	450,44	2.873,48	39.196,11	307.979,30	3.079,79	985.974,11	9.859,74
C 3% Normal	2.620.085,54	9.568,16	512.284,29	172.000,99	3.313.938,98	99.418,17	4.035.294,45	121.058,83
C 3% Vencidas	73.707,29	42,93	4.364,58	0,00	78.114,80	2.343,44	192.563,77	5.776,91
D 10% Normal	895.792,62	91.540,50	34.889,75	0,00	1.022.222,87	102.222,29	354.716,65	35.471,67
D 10% Vencidas	532.249,08	1.010,71	32.037,92	0,00	565.297,71	56.529,77	71.074,26	7.107,43
E 30% Normal	652.776,87	1.165,65	0,00	0,00	653.942,52	196.182,76	301.453,61	90.436,08
E 30% Vencidas	21.530,13	0,00	0,00	0,00	21.530,13	6.459,04	75.023,82	22.507,15
F 50% Normal	388.951,16	0,00	0,00	14.586,11	403.537,27	201.768,64	1.212.660,91	606.330,46
F 50% Vencidas	761.555,88	39,2	0,00	0,00	761.595,08	380.797,54	234.014,40	117.007,20
G 70% Normal	233.744,25	0,00	0,00	0,00	233.744,25	163.620,98	208.203,76	145.742,63
G 70% Vencidas	1.906.801,66	0,00	0,00	0,00	1.906.801,66	1.334.761,16	61.647,64	43.153,35
H 100% Normal	103.014,84	7.000,00	5.404,65	38.543,45	153.962,94	153.962,94	501.401,33	501.401,33
H 100% Vencidas	248.037,96	114.903,71	0,00	19.267,95	382.209,62	382.209,62	99.849,06	99.849,06
Total Normal	131.593.752,35	1.273.966,10	4.586.816,95	25.413.248,13	162.867.783,53	1.863.514,72	108.896.794,14	2.194.442,86
Totais Vencidos	3.809.341,27	116.446,99	39.275,98	58.464,06	4.023.528,30	2.166.180,37	1.799.145,79	305.569,69
Total Geral	135.403.093,62	1.390.413,09	4.626.092,93	25.471.712,19	166.891.311,83	4.029.695,09	110.695.939,93	2.500.012,55
(-) Provisões	(3.588.658,41)	(142.147,10)	(48.845,29)	(250.044,29)	(4.029.695,09)		(2.500.012,55)	
Total Líquido	131.814.435,21	1.248.265,99	4.577.247,64	25.221.667,90	162.861.616,74		108.195.927,38	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	23.080.463,36	47.546.219,84	50.993.480,07	121.620.163,27
Títulos Descontados	13.172.533,61	558.786,37	51.610,37	13.782.930,35
Financiamentos	700.126,98	1.828.388,26	2.097.577,69	4.626.092,93
Financiamentos Rurais	4.066.553,14	16.218.719,66	5.186.439,39	25.471.712,19
TOTAL	41.019.677,09	66.152.114,13	58.329.107,52	165.500.898,74



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	321.842,60	39.158.365,62	3.201.401,22	2.597.139,89	45.278.749,33	27%
Setor Privado - Indústria	16.720,19	8.163.383,46	2.566.442,40	0,00	10.746.546,05	6%
Setor Privado - Serviços	401.820,05	48.992.753,55	6.588.235,01	1.220.573,98	57.203.382,59	34%
Pessoa Física	628.072,93	27.819.128,89	1.321.762,36	21.653.998,32	51.422.962,50	31%
Outros	21.957,32	2.112.624,68	105.089,36	0,00	2.239.671,36	1%
TOTAL	1.390.413,09	126.246.256,20	13.782.930,35	25.471.712,19	166.891.311,83	100%

e) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Valor das operações transferidas no período	3.202.278,89	1.322.508,48
Valor das operações recuperadas no período	(230.641,39)	(494.445,61)
TOTAL	2.971.637,50	828.062,87

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Avais e Fianças Honrados	71.657,54	40.734,56
Rendas A Receber	363.219,06	121.015,93
Diversos	1.554.612,84	714.528,29
(-) Provisões Para Outros Créditos	(111.954,39)	(97.465,65)
TOTAL	1.877.535,05	778.813,13

8. Outros Valores e Bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas	34.035,68	69.846,91
TOTAL	34.035,68	69.846,91

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição sindical patronal, IPTU, processamento de dados e outros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	4.059.714,64	3.949.307,50
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito	151.156,30	106.944,64
TOTAL	4.210.870,94	4.056.252,14



10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Edificações	199.984,17	242.192,53	4,00%
Instalações	920.963,55	113.275,00	10,00%
Móveis e Equipamentos de Uso	1.102.236,28	817.358,86	10,00%
Sistema de Comunicação	167.246,03	157.820,60	20,00%
Sistema de Processamento de Dados	1.419.965,48	1.080.588,04	20,00%
Sistema de Segurança	433.339,78	352.983,03	20,00%
Sistema de Transporte	431.938,04	383.738,04	20,00%
(-) Total Depreciação Acumulada	(1.923.885,63)	(1.504.943,47)	
TOTAL	2.751.787,70	1.643.012,63	

11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	40.377.364,34	23.763.335,51
Depósito sob Aviso	46.429,00	41.135,86
Depósito a Prazo	152.195.888,53	148.929.957,17
TOTAL	192.619.681,87	172.734.428,54

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados



beneficiados.

Instituições	30/06/2017	30/06/2016
Cooperativa Central	552.124,04	3.586.069,86
Repasses Interfinanceiros	24.669.822,12	22.334.797,52
HSBC	0,00	44.846,30
TOTAL	25.221.946,16	25.965.713,68

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado de Atos Com Associados	160.071,07	331.330,21
Resultado de Atos Com Não Associados	711.949,16	588.548,35
Gratificações e Participações a Pagar	0,00	210.366,26
Cotas de Capital a Pagar	71.820,59	55.372,67
TOTAL	943.840,82	1.185.617,49

a) O Resultado de Atos Com Associados e Não Associados é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	73.066,97	93.172,34
Impostos e Contribuições a Recolher	232.355,43	181.000,50
TOTAL	305.422,40	274.172,84

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	326.368,22	275.226,17
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.281.439,09	1.854.959,14
Provisão para Passivos Contingentes	284.923,54	565.936,54
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	246.666,45	0,00
Credores Diversos - País	225.532,69	272.843,35
TOTAL	3.364.929,99	2.968.965,20



15. Passivos Contingentes

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico leva em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passíveis obedecem a Resolução CMN nº. 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e, quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 30/06/2017, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 30/06/2017
Fiscal	Provável	Não mensurável	220.823,54
Civil	Possível	Não mensurável	0,00
Trabalhista	Provável	Não mensurável	0,00
Total			220.823,54

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 30/06/2017
Outros Passivos	64.100,00
Garantias Prestadas	246.666,45
Total	310.766,45

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por



seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No período de **30/06/2016** a **30/06/2017**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 4.547.238,81** (quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	18.042.474,64	13.495.235,83
Associados	11.112	9.619

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo de estabilidade financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	0,05	0,00	0%
Crédito Rural	222.606,55	1.113,03	0,87%
Empréstimo	3.553.840,56	17.348,74	2,92%
Títulos Descontados	513.032,10	3,55	3,72%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	149.317,38	0,37%	0%
Depósitos a Prazo	928.144,45	0,6%	0,82%



As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	667.838,56
Empréstimos e Financiamentos	11.609.000,00

No 1º semestre de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2017 (R\$)	
Honorários	393.847,88
Encargos Sociais	92.931,47

19. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

20. Gerenciamento de Risco

20.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação



Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controles, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de Risco Operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

20.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

20.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.



Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

20.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

21. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em **30 de Junho de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 28.682.627,37** (vinte oito milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte sete reais e trinta e sete centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

PAPANDUVA - SC, 30 DE JUNHO DE 2017.

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91

